

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E ATENÇÃO PRIMÁRIA À
SAÚDE: POSSIBILIDADES DE PARCERIA NA USF PAJUÇARA, NATAL/RN**

**SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE AND PRIMARY HEALTH CARE:
PARTNERSHIP POSSIBILITIES AT USF PAJUÇARA, NATAL/RN**

Arthur Cicero Morais Peixoto ¹
Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva²

RESUMO:

A Política Nacional de Educação Especial apontada pela Constituição Federal de 1988 garante a Educação para todos, considerando todas as suas particularidades. No universo hospitalar encontram-se ações de promoção à saúde que consideram a integralidade dos sujeitos, garantido a promoção da saúde a todos sem distinções. Diante do exposto, buscou-se compreender como o AEE pode contribuir para a melhoria das prestações de serviços em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), situada no bairro Pajuçara, na Zona Norte da cidade do Natal/RN. A pesquisa consistiu numa entrevista com os profissionais visando identificar as principais necessidades especiais recebidas pelos mesmos, bem como quais medidas poderiam ser tomadas para garantia dos serviços a estes pacientes. Observou-se que o grande público recebido são de pessoas do espectro autista, bem como a carência de informações sobre os direitos destas pessoas quanto a agilidade dos atendimentos, evitando momentos de desregulação destes usuários. Além disso, verificou-se a necessidade de capacitações dos profissionais para atuarem com este público. Portanto, conclui-se a necessidade de ações de educação em saúde com as famílias, bem como práticas de educação profissional, permanente e continuada dos servidores, assim como também, a atualização do prontuário eletrônico do cidadão (PEC), de modo a identificar as necessidades dos sujeitos a fim de otimizar o tempo do serviço.

Palavras-chave: Educação especial; sistema único de saúde; atenção básica; promoção à saúde.

ABSTRACT

The National Policy on Special Education, as outlined in the Federal Constitution of 1988, guarantees education for all, considering all their particularities. In the hospital environment, there are health promotion actions that consider the integrality of the subjects, guaranteeing the promotion of health to all without distinction. In view of the above, we sought to understand how the AEE can contribute to the improvement of service provision in a Basic Health Unit (UBS), located in the Pajuçara neighborhood, in the North Zone of the city of Natal/RN. The research consisted of an interview with professionals aiming to identify the main special needs received by them, as well as what measures could be taken to guarantee services to these patients. It was observed that the large public received are people on the autistic spectrum, as well as the lack of information about the rights of these people regarding the agility of care, avoiding moments of deregulation of these users. In addition, the need for training of professionals to work with this public was verified. Therefore, it is concluded that there is a need for health education actions with families, as well as professional, permanent and continuing education practices for employees, as well as updating the citizen's electronic medical record (PEC), in order to identify the needs of the subjects in order to optimize service time.

Key words: Special education; unified health system; primary care; health promotion.

Data de submissão dia.mês.ano

Data de aprovação dia.mês.ano

Disponibilidade (endereço eletrônico do artigo, DOI ou outras informações relativas ao acesso do documento).

1. INTRODUÇÃO

É proferido pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1998), embasado pelo Ministério da Educação, que o direito à educação é destinado para todos, visando uma perspectiva inclusiva sobre a luz da Política Nacional de Educação Especial. Diante disso, a educação especial refere-se a uma modalidade de ensino que deve atingir todos os níveis de aprendizado, onde através da realização do atendimento especializado, dispõe de recursos e atuações que garantam o ensino e aprendizagem dos educandos que demandam desses serviços.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) pode ser compreendido como uma política pública dentro do campo das políticas sociais. Diante disso, dentro do universo da Classe Hospitalar, identificamos diversas intervenções de cunho pedagógico em ambientes hospitalares. Sendo assim, o atendimento especializado às crianças internadas visa proporcionar o acompanhamento curricular do aluno hospitalizado, de modo a garantir seu direito à educação através da implementação de um currículo flexibilizado (Arosa, 2024).

A promoção da saúde da pessoa com deficiência baseia-se na assistência tendo como referência suas condições, ou seja, as prestações de serviços ocorrem de acordo com a realidade da deficiência dos indivíduos. Sendo assim, a porta de entrada no Sistema Único de Saúde (SUS), é através da atenção básica, através da Saúde da Família, onde atua diretamente na aplicação de práticas e ações de saúde de modo integral e contínuo (Brasil, 2018).

No âmbito da saúde, acolhimento diz respeito à abordagem profissional quanto a porta de entrada ou de saída dos serviços de saúde, diante disso, esta discussão veio à tona a partir da Política Nacional de Humanização (PNH), onde entende-se de acolher o reconhecimento do que é trazido pelo outro, legitimando suas peculiaridades e necessidades específicas, sendo então considerado uma diretriz de elevada relevância ética, estética e política (Silva; David; Caldas; Martins; Ferreira, 2018).

Educação e Saúde são áreas que se dialogam no que tange ao atendimento às pessoas com necessidades especiais, principalmente aquelas que atingem a aprendizagem e o desenvolvimento global (Glat; Mascarenhas; Pontes; Orrico, 2007). Diante do exposto, buscou-se compreender como o AEE pode contribuir para a melhoria das prestações de serviços em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), situada no bairro Pajuçara, na Zona Norte da cidade do Natal/RN.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O Ministério da Educação assegura através da Constituição Federal de 1988 que a educação é um direito garantido a todos, baseada numa perspectiva inclusiva sob as garantias do que tange a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 1998). Sendo assim, dentro do âmbito hospitalar, inúmeras ações de cunho pedagógico são desenvolvidas de modo a acompanhar a evolução educacional do educando hospitalizado, através de um currículo flexibilizado garantido o direito à educação (Arosa, 2024).

No universo do Sistema Único de Saúde (SUS), através da Atenção Básica e da Saúde da Família, diversas práticas de saúde são proporcionadas visando a integralidade dos sujeitos, considerando as particularidades de cada um garantindo a assistência de todos levando em conta suas reais necessidades (Brasil, 2018).

O acolhimento em saúde compreende a uma abordagem na entrada ou na saída dos pacientes, com isso, várias discussões têm ocorrido na contemporaneidade através da implementação da Política Nacional de Humanização (PNH), onde o ato de acolher considera todas as suas peculiaridades e necessidades específicas (Silva; David; Caldas; Martins; Ferreira, 2018).

Portanto, a Educação e a Saúde são âmbitos que estão em constantes interações no que diz respeito à garantia dos direitos às pessoas com necessidades especiais, em especial aquelas que apresentam a aprendizagem e o desenvolvimento global (Glat; Mascarenhas; Pontes; Orrico, 2007). Com isso, objetiva-se entender como o AEE pode promover melhorias para as prestações de serviços em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), localizada no bairro Pajuçara, na Zona Norte da cidade do Natal/RN.

3. METODOLOGIA

3.1. Caracterização do local de estudo

A UBS/USF Pajuçara, situada no Distrito Sanitário Norte I, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde da Cidade do Natal/RN, é constituída por 48 (quarenta e oito) salas, dentre elas temos: Consultórios Médicos, Consultórios de Enfermagem, Consultórios Odontológico, Consultório de Nutrição, Consultório de Assistência Social, consultório do NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), Sala de Vacina, Sala de Preparo, Sala de Curativo, Sala de Medicação e Planejamento Familiar, Sala de Arquivo, sala dos ACS (Agentes Comunitários de Saúde), Farmácia, Auditório, Esterilização, Laboratório, Regulação, Fisioterapia, Direção e Administração. Além disso, é composta por 06 (seis) corredores, 02 (duas) recepções para

acolhimento, 01 (uma) rampa presente na entrada principal da Unidade, 02 (duas) escadarias e 15 (quinze) banheiros, sendo 02 (dois) adaptados com barras de apoio.

3.2. Levantamento das questões relacionadas ao atendimento especializado

A equipe profissional desta Unidade é composta em média por 68 (sessenta e oito) profissionais de diversas áreas, e, de forma preliminar, sob a ótica do autor, observa-se uma grande carência de informação e instrução a respeito do acolhimento dos pacientes com necessidades especiais no âmbito do preparo, vacina e atendimentos, principalmente, médicos e de enfermagem. Para comprovar essa hipótese, a primeira etapa de desenvolvimento do trabalho consistiu em uma entrevista com os que atuam na USF/UBS Pajuçara, questionando-os sobre as principais necessidades especiais que na visão deles são recebidas nesta Unidade de Saúde, bem como também, quais medidas poderiam ser tomadas para potencializar a qualidade dos atendimentos a este público.

A partir das respostas obtidas, foram coletados relatos de situações que ocorreram na unidade de saúde relacionadas com a AEE. Sendo analisados os mais recorrentes. Outro aspecto abordado foi a visão desses profissionais sobre a questão do atendimento especializado no âmbito da unidade de saúde.

4. RESULTADOS

4.1. Diagnóstico da equipe profissional

Através de entrevistas aos profissionais que atuam na USF/UBS Pajuçara, das mais variadas categorias, foi possível questionar 22 profissionais, correspondente a 32,35% da amostragem total de servidores, com isso, foi questionado quais as principais necessidades especiais que na visão deles são recebidas nesta Unidade de Saúde, bem como também, quais medidas poderiam ser tomadas para potencializar a qualidade dos atendimentos a este público.

Portanto, após entrevistar médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes de saúde e diretor, observou-se que na visão deles o principal público de necessidades especiais são aquelas de caráter cognitivo, especialmente casos de autismo e transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH).

Dentre os relatos socializados, houve casos de pacientes autistas que aguardam atendimentos em filas, onde muitos deles ou familiares dos mesmos, desconhecem o direito da prioridade que possuem, com isso, permanecendo-os em filas por um tempo considerável podendo trazer a desregulação destes usuários.

Outra análise realizada foi através da observação do relato de um ocorrido na fila de espera do setor de Regulação, onde um paciente autista após um determinado tempo de espera, impientemente buscou utilizar o banheiro, e após o determinado tempo, o paciente que estava sozinho entrou em estado de desregulação e ficou preso dentro do banheiro. Neste momento, os profissionais, sem tanto conhecimento e práticas para agir em casos como estes, quebraram a fechadura para tentar tranquilizar o paciente.

No geral, é observado que é de extrema relevância que o setor que atua como porta de entrada da Unidade de Saúde, sendo este a recepção e o arquivo, possuam a capacidade de identificar inicialmente estes casos específicos para poder direcioná-los da melhor forma para os serviços que procura, sendo assim, é necessário que haja a oferta de projetos de formação continuada e educação permanente com os profissionais.

Outra alternativa colocada pelos entrevistados foi a importância de atualizar o prontuário eletrônico do cidadão (PEC), ferramenta utilizada no âmbito da atenção primária para registrar e conduzir as condutas adotadas pelos profissionais. Essa atualização sugerida faz referência a identificação destes pacientes com necessidades especiais, de modo a priorizá-los no atendimento.

Por fim, outra questão sugerida foi a instrução dos familiares a respeito do direito estabelecido por Lei que estes pacientes autistas ou com TDAH possuem de serem atendidos prioritariamente, através de oficinas de Educação em Saúde, sem que haja tanto tempo de espera para a obtenção dos serviços. O Quadro 01 resume os aspectos observados e analisados a partir das entrevistas e dos relatos.

Quadro 1 – Destaques das seções

Necessidade	Local/serviços	Práticas recomendadas
Identificação dos pacientes no PEC	Arquivo/Recepção/PEC	Identificar no PEC a condição específica do paciente.
Capacitação dos profissionais	Arquivo/Recepção	Educação continuada, Educação Permanente.
Instruir Familiares	Família	Educação em Saúde

Fonte: O autor (2019)

4.2. Propostas de melhoria integrando o AEE ao Ambiente Hospitalar

No âmbito educacional vários protocolos são estabelecidos a fim de acolher e incluir pessoas com necessidades especiais, neste sentido, no âmbito do ensino superior federal, como

por exemplo é o caso que ocorre na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde foi instituído a Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA), assim como também ocorre na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) através da Coordenação de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social (Caadis), as quais visam assegurar e promover a garantia das condições adequadas de acesso e permanência de pessoas com necessidades especiais nas atividades acadêmicas (GARCIA; BACARIN; LEONARDO, 2018).

No que tange às esferas municipais e estaduais de ensino, temos os Núcleos de Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo este um dos serviços vinculados à educação especial, tendo como função identificar, elaborar e organizar os recursos pedagógicos à luz da acessibilidade, que eliminem barreiras e que promovam a total participação dos educandos, considerando suas necessidades específicas.

Sendo assim, pessoas com necessidades especiais, assim como seus familiares, ainda desconhecem seus direitos estabelecidos na Lei 14.626/23 (Brasil, 2023), que garante o atendimento prioritário para pessoas com transtornos do espectro autista. Portanto, é sugerido que momentos de conscientização com essas pessoas sejam realizadas com frequência através de movimentos de educação em saúde, através de rodas de conversas com pais e familiares em reuniões de pais e mestres ocorridas nas escolas parceiras da Unidades Básicas de Saúde, através das intervenções de saúde ocorridas no âmbito escolar que são de origem do Programa Saúde na Escola, assim como também da parceria com os conselhos comunitários e não menos importante, através dos trabalhos de visitas realizados pelos agentes de saúde, que diariamente estão adentrando as residências da população, podendo então levar este conhecimento e informação tão essencial para a garantia do direito a pessoa do espectro autista.

Portanto, outras medidas que favoreçam o melhor atendimento e acolhimento desses pacientes do espectro autista, é sem dúvida através das intervenções de educação continuada que levam ao aprimoramento e capacitação dos profissionais, assim, melhorando as práticas de acolhimento dos mesmos, através de uma abordagem mais holística, paciente, humanizada e inclusiva. Além disso, é de suma importância que as ferramentas tecnológicas evoluem de forma a apresentarem um perfil mais inclusivo, assim, podendo no ato do acolhimento e inserção deste paciente no prontuário eletrônico do cidadão (PEC), é sugerido que haja a possibilidade de sinalizar a condição desse paciente, se o mesmo é autista ou não, assim podendo otimizar e priorizar de forma assertiva o atendimento aos pacientes do espectro, evitando que momentos de desregulação ocorram com tamanha frequência.

Por outro lado, é de suma importância que os profissionais estejam cada vez capacitados para saberem como abordar um paciente do espectro autista em momentos de desregulação,

sendo assim, como citado anteriormente, isto é possível o alcance através de formações continuadas com os servidores, a fim de atualizá-los acerca das melhores condutas adotadas nestes momentos, que circundam o oferecimento da compreensão e aceitação deste momento de crise, mantendo a voz e comportamento calmos, oferecendo apoio até que o usuário se acalme.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análises e discussões proporcionadas com a pesquisa, considera-se para assegurar e garantir o direito à saúde e educação as pessoas com necessidades especiais, é de extrema importância que sejam elaborados protocolos de atuação profissional para o público supracitado, tanto na educação básica, através de investimentos nos grupos de AEE, como também no âmbito da atenção primária em saúde, assim como ocorre em instituições de ensino superior e no âmbito hospitalar de média e alta complexidade.

Além disso, no âmbito da atenção primária é necessário a ocorrência de ações de educação em saúde que garantam a instrução e promoção de informações acerca dos direitos proferidos na Lei 14.626/23 (Brasil, 2023), os quais garantem atendimentos prioritários a pacientes com transtornos do espectro autista. Outra alternativa não menos importante, são as práticas de capacitações profissionais, favorecendo o melhor atendimento e acolhimento desses pacientes do espectro autista, garantindo uma abordagem mais integralizada e holística.

Por fim, também é considerado a necessidade de atualizações no sistema do prontuário eletrônico do cidadão (PEC), de modo a sinalizar a condição de cada paciente, identificando se o mesmo possui alguma necessidade especial ou não, de modo a otimizar e priorizar o atendimento, evitando que os mesmos permaneçam em filas de espera e que ocorram momentos de desregulação.

REFERÊNCIAS

- AROSA, Armando de Castro Cerqueira. **POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA ATENDIMENTO A ESTUDANTES HOSPITALIZADOS: ALGUMAS QUESTÕES.** Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/politicaseducacionais.pdf>. Acesso em: 22 maio 2024.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022: informação e documentação - artigo em publicação periódica técnica e/ou científica - apresentação.** Rio de Janeiro, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:2018 versão corrigida 2: informação e documentação: elaboração: referências**. Rio de Janeiro, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024: Informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento**. Rio de Janeiro, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028: informação e documentação - resumos**. Rio de Janeiro, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520: informação e documentação: citação em documentos**. Rio de Janeiro, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação**. Rio de Janeiro, 2011.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. A pessoa com deficiência e o Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 2. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2008.

GLAT, Rosana; MASCARENHAS FERNANDES, Edicléa; PONTES, Maria Luiza; FERREIRA ORRICO, Hélio. EDUCAÇÃO E SAÚDE NO ATENDIMENTO INTEGRAL E PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS
 EDUCATION AND HEALTH: WHOLE SUPPORT AND PROMOTION OF A BETTER QUALITY OF LIFE FOR PEOPLE WITH HANDICAP. Revista Linhas, Florianópolis, v. 7, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1334>. Acesso em: 22 maio. 2024.

SILVA, Tarciso Feijó da; DAVID, Helena Maria Scherlowski Leal; CALDAS, Célia Pereira; MARTINS, Elaine Lutz; FERREIRA, Susana Reis. O acolhimento como estratégia de vigilância em saúde para produção do cuidado: uma reflexão epistemológica. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 42, n. 4, p. 249-260, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042018s420>.

EDUCAÇÃO, Ministério da. **DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/documentos-pdf/428-diretrizes-publicacao>. Acesso em: 22 maio 2024.

GARCIA, Raquel Araújo Bonfim; BACARIN, Ana Paula Siltrão; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. **Psicologia Escolar e Educacional**, [S.L.], v. 22, n. , p. 33-40, 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2018/035>.